



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
Secretaria Unificada de Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – PPGCON

## **PROGRAMA DE DISCIPLINA**

<b>Disciplina:</b> Controles Democráticos sobre a Administração Pública	<b>Código:</b> PCON 1043
<b>Carga horária:</b> 60 horas	<b>Créditos:</b> 4

### **1. EMENTA:**

Democracia –Aspectos Conceituais. Controles democráticos sobre a administração pública e o conceito de accountability e transparência. O desenvolvimento das instituições de controle no Brasil. Políticas e instituições em suas atividades de controle, transparência e accountability.

### **2. OBJETIVOS:**

O objetivo é discutir o desenvolvimento das instituições de controle sobre a administração pública brasileira enfatizando a importância das mesmas para o adensamento da democracia. Para tanto, serão debatidas, além do conceito de democracia, questões que as relacionam como transparência e accountability em suas diversas dimensões. Posteriormente a ênfase recairá sobre as diferentes dinâmicas de controles institucionalizados enquanto instrumentos fundamentais não só para o aperfeiçoamento da democracia, mas também das políticas públicas. Os temas serão debatidos tanto em perspectiva teórica como também a partir da análise do desenvolvimento dessas instituições no pós-1988.

### **3. BIBLIOGRAFIA:**

Bobbio, N. (2000). O Futuro da Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Premissa, Cap. 1 (O futuro da democracia) e2 (Democracia representativa e democracia direta).

Bobbio, N. (2000). O Futuro da Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Premissa, Cap. 3 (Os vínculos da democracia) e4 (A democracia e o poder visível).

Nobre, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: Coelho, V. P.; Nobre, M. (Eds.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 21–40

Urbinati, N. O que torna a representação democrática? Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 67, 2006.

Arantes, R. B. et al. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil. In: Loureiro, M. R.; Abrucio, F. L.; Pacheco, R. S. (Eds.). Burocracia e Política no Brasil: Desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 109–147.

Campos, A. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, v. 24, n. 2, p. 30–50, 1990

Pinho, J. A. G. De, & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, 43(6), 1343–1368. doi:10.1590/S0034-76122009000600006

Zuccolotto, R.; Teixeira, M. A. C.; Riccio, E. L. Transparência: reposicionando o debate. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 55, n. 11, p. 137–158, 2015.

Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2017). Transparência orçamentária: razões do descompasso entre os estados brasileiros. Organizações & Sociedade, 24(82)

Olivieri, C. (2011). Os controles políticos sobre a burocracia. Revista de Administração Pública, 45(5), 2011. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7041/5599>

Filgueiras, F.; Avritzer, L. Corrupção e controles democráticos no Brasil. Textos para discussão Cepal-Ipea, 2011. [http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/6/43436/cepal\\_32.pdf](http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/6/43436/cepal_32.pdf)

Loureiro, M.R, et al. Coordenação do sistema de controle da administração pública federal. Ministério da Justiça: série pensando o direito, nº 33 (2009)

Loureiro, M. R.; Teixeira, M. A. C.; Moraes, T. Democratização e reforma do Estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil recente. Revista de Administração Pública (RAP), 43 (4), 2009. <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a02.pdf>

Pesquisa sobre o perfil dos conselheiros dos TCEs. [http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2014/04/TransparenciaBrasil\\_TribunaisdeContas\\_Abril2014.pdf4](http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2014/04/TransparenciaBrasil_TribunaisdeContas_Abril2014.pdf4).

LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo; COSTA, Ubirajara Carvalheira. Os princípios da Open Society Foundations na Lei de Acesso à Informação brasileira. 2017. Disponível em: <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2902>

VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. Cadernos ppg-au/ufba, v. 9, n. 1, 2010.

Desafios da transparência no sistema de justiça brasileiro / Ministério da Justiça –Brasília: Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013. 123 p.: il. –(Diálogos sobre a Justiça)Relatório de pesquisa: Disponível em: <http://oglobo.globo.com/arquivos/transparencia-sistema-justica.pdf>

Loureiro, M. R., Abrucio, F. L., Olivieri, C., & Teixeira, M. A. C. (2012). Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, 17(60). Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewArticle/3980>

Pinzani, A. (2013). Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. Lua nova, (89). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n89/06.pdf>